

18 NOV 1984

# A dívida externa e as soluções políticas

P A U L O  
P A R A  
I T A

Enquanto o embaixador dos Estados Unidos no Brasil informava que seu governo estava examinando três opções de solução para o problema da dívida externa dos países latino-americanos, três membros do Chase Manhattan Bank, entre os quais o ex-secretário de Estado Henry Kissinger, cuja ligação com o governo Reagan permanece estreita, declaravam, em Paris, ser necessária uma ação coordenada dos grandes países ocidentais para tentar resolver os problemas dos países endividados. Naturalmente, não se pode deixar de ficar intrigado com essa nova mudança do governo de Washington e com a surpreendente concordância de pontos de vista entre o governo e os banqueiros.

A nosso ver, não se deve inferir, precipitadamente, que o governo norte-americano acedeu ao desejo dos países signatários do Acordo de Cartagena e está disposto a entabular novo processo de renegociação da dívida, que,

por um lado, excluiria o exame de cada caso em separado e, por outro, ignoraria as leis do mercado (fixando taxas de juros diferentes das do mercado), atribuindo, enfim, responsabilidade ainda maior aos organismos internacionais. Convém usar de cautela, pois o conceito de "solução política" parece ser entendido de modo bem diferente pelos países devedores e pelos países credores.

O embaixador norte-americano, sr. Diego Asencio, ao referir-se à nova proposta de Washington, esquivou-se a revelar o teor das soluções alternativas que seu governo irá apresentar, mas deixou transparecer algo, a respeito, ao dizer que se relacionam com comércio, investimentos e empréstimos públicos e privados. Por sua vez, o secretário de Estado, na reunião da OEA, em Brasília, salientou que o relaxamento do protecionismo, por parte dos países credores, e a maior franquia, nos países devedores, ao capital de risco proveniente dos países industrializados deve-

riam permitir resolver o problema do endividamento dos países latino-americanos. Aliás, até o sr. David Rockefeller fez ver que os países endividados teriam de fazer algumas concessões.

Não se deve crer que o governo norte-americano esteja propenso a arcar com parte da dívida que os países devedores têm com os bancos, que estaria inclinado a aprovar a instituição de um fundo, a ser administrado pelo FMI, que poderia assumir o encargo de pagar aos bancos credores a diferença existente entre uma taxa de juro considerada razoável (taxa real não superior a 3%) e a taxa do mercado. No máximo, o governo de Washington estaria disposto a reformular a legislação bancária atual, a fim de assegurar a capitalização dos juros vencidos.

A ambição dos países devedores é bem mais vasta. Esses países não querem, por exemplo, uma discussão bilateral, mas uma reunião conjunta, na qual os governos dos países devedores e

credores procurariam soluções novas para aliviar o ônus que representa o serviço da dívida externa.

Não obstante, não se deve subestimar a importância das declarações das autoridades e dos banqueiros norte-americanos. A necessidade de nova solução era encarecida, até agora, somente por economistas (alguns deles ligados ao governo republicano, como o sr. Norman Bailey), por ministros de governos socialistas e por banqueiros suíços que têm, para devedores duvidosos, provisões que lhes permitem admitir soluções heterodoxas. Agora, nota-se que até o governo norte-americano está percebendo que, após o primeiro passo no sentido de evitar o colapso, é necessário dar um outro, para que a miséria não se expanda nos países endividados. Com o aval dos bancos, naturalmente muito interessados em obter garantias do governo, a idéia de buscar novas fórmulas de solução talvez ganhe mais força.